

No uso das palavras iniciais, de abertura do evento, cumprimentando todos os ilustres presentes, desejo começar por vivamente saudar esta iniciativa.

Há uma frase do filósofo grego Antístenes na qual muito me revejo e que bem reflete a nobre causa que esteve na origem da presente homenagem.

A gratidão representa a memória do coração.

Homenagear num gesto simbólico, mas perene, o legado dos Procuradores Regionais do Porto, através de uma galeria de retratos, corporiza, justamente, essa gratidão entendida, desde logo, como um exercício racional da memória, mas também numa perspectiva generosa, afetiva que celebra aquela pessoa concreta que queremos continuar a ter connosco nesta Casa.

Não se pretende, estou disso seguro, prosseguir uma hermética lógica autorreferencial; bem pelo contrário, assume-se, de modo singelo e desprezioso, a partilha pública de um sentimento agregador, coletivo que reconhece em cada um dos homenageados um inestimável serviço prestado à causa pública.

Fica, pois, uma palavra de gratidão aos agora homenageados.

Com a brevidade imposta pelas exigências do momento – estamos aqui todos, sim, para ouvir o Conselheiro Cunha Rodrigues, ilustre referência para qualquer jurista de qualquer geração – deixo-vos com três apontamentos sumários.

O primeiro serve para destacar a importância das estruturas regionais das magistraturas.

O Tribunal da Relação do Porto é, com o lastro de uma história com mais de quatro séculos, uma instituição prestigiada, com uma afirmação constante, nacional e internacional. Por isso, mais justificaríamos o apoio, concreto e claro, daqueles que garantem a gestão do sistema a nível nacional. Precisamos ultrapassar a síndrome do filho do meio que afeta os tribunais de segunda instância.

Mas, ousa dizer, também as Procuradorias Regionais que desempenham um papel decisivo no desenho da magistratura do Ministério Público e, como tal, no nosso sistema judicial, justificariam uma maior autonomia, designadamente em termos administrativos e financeiros; tal afirmação constituiria um passo útil face à importância destes órgãos.

O segundo registo tem como destinatário o atual Procurador Regional, Dr. Norberto Martins. E aqui, sublinharia a colaboração fraterna, leal e sincera que temos logrado os dois, nós que trabalhamos em pisos seguidos, neste Palácio da Justiça, ele no andar acima do meu sem que isso convoque, sosseguem, as terríficas distopias de um BigBrother.

Presidente eleito desde finais de outubro, sempre encontrei na pessoa do Dr. Norberto Martins um profissional incansável, trabalhador e empenhado, aliando a essas características que muito prestigiam a magistratura do Ministério Público, uma postura amena, aberta ao diálogo, cooperante.

Tal como este Salão bem documenta, cumpre a quem aqui trabalha prosseguir uma longa tradição histórica, firme e determinada, cosmopolita e liberal, que define o Porto e as suas gentes.

Por isso, nesse compromisso permanente com um judiciário que cumpra a cidadania, o apontamento final vai, naturalmente, para o conferencista que nos honra com a sua presença.

Falo-vos de um magistrado cujo nome, personalidade, missão personificam o melhor que legamos aos nossos concidadãos, uma vez instalado o judiciário democrático, herdeiro da Primavera de Abril.

Nunca escondi a admiração pessoal pelo seu trabalho, caro Conselheiro Cunha Rodrigues.

Recordo como as suas palavras foram premonitórias há vários anos atrás numa Europa que vive atualmente uma crise profunda do Estado de Direito, particularmente em alguns dos seus Estados Membros.

Já então o Conselheiro Cunha Rodrigues se interrogava sobre o silêncio dos juristas (“Onde param os juristas?”) na afirmação de uma decisiva dimensão jurídica, ao serviço da liberdade, apelando a uma solidariedade que afirme a defesa do modelo social europeu.

Reitero aqui, hoje, as suas palavras.

E com elas, cumprimento a magistratura do Ministério Público, muito em especial na pessoa dos ilustres homenageados de hoje.

*José Igreja Matos*